



Juristas, especialistas e parlamentares concordam que a fragilidade regulatória atravanca o desenvolvimento do país

Falta de regras claras é o maior gargalo

» FERNANDA STRICKLAND

A necessidade de fortalecer a segurança jurídica para ampliar os investimentos privados em infraestrutura dominou os debates da abertura do 8º Brasília Summit, promovido pelo Lide — Grupo de Líderes Empresariais em parceria com o **Correio Braziliense**, ontem. Integrantes do Judiciário, do Congresso Nacional e do sistema financeiro convergiram na avaliação de que a previsibilidade regulatória, estabilidade institucional e respeito aos contratos são fatores decisivos para reduzir o déficit de investimentos e acelerar projetos estratégicos no país.

O 8º Brasília Summit contou com uma abertura, para falar do tema em geral. No primeiro painel, foi discutido sobre “Segurança Jurídica como pilar para investimentos em infraestrutura rodoviária, ferroviária e metروiária”. Já no segundo painel, foi falado sobre “Segurança Jurídica no setor de energia e transição energética no Brasil”. O evento terminou com uma palestra especial, concedida pelo deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Ao abrir o encontro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, afirmou que o Brasil ainda investe pouco mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura, percentual considerado insuficiente para atender às necessidades nacionais. Ele apontou estimativas do setor mostrando que o país precisaria elevar esse índice para mais de 4% do PIB para superar os gargalos históricos em áreas como transportes, energia, saneamento e infraestrutura digital. “Essa diferença não será coberta apenas pelo orçamento público, permanentemente pressionado. Ela depende, em larga medida, do capital privado, nacional e estrangeiro. E o capital privado, todos sabemos, não se mobiliza por decreto, mas pela perspectiva de retorno. É aqui que entram a confiança e sua pré-condição, a segurança jurídica”, alertou o magistrado, ao destacar que investidores nacionais e estrangeiros buscam ambientes marcados por estabilidade institucional e previsibilidade das regras. “Projetos de infraestrutura são, por natureza, empreendimentos de longa maturação. Uma concessão rodoviária ou ferroviária, um contrato de saneamento, um projeto de geração ou transmissão de energia estendem-se por 20, 35 anos. Quem investe hoje precisa ter a certeza de que as regras pactuadas serão honradas ao longo de décadas, atravessando diferentes governos. e diferentes maiorias políticas. Sem confiança legítima, não há planejamento empresarial e sem previsibilidade, ou o investidor não investe, ou

Carlos Vieira CB/DA Press



Na palestra de abertura, o ministro do STF Gilmar Mendes lembrou que a insegurança jurídica acaba elevando o custo dos investimentos

Carlos Vieira CB/DA Press



Os debatedores discutiram os caminhos para fortalecer a infraestrutura

exige prêmios de risco que encarecem o serviço para o usuário final”, salientou.

Na avaliação do ministro, a insegurança jurídica acaba elevando o custo dos projetos e, consequentemente, o preço pago pela população. Durante a apresentação, Gilmar também citou decisões do STF que, segundo ele, contribuíram para aumentar a previsibilidade regulatória. Entre elas, destacou a validação do novo marco legal do saneamento, considerada fundamental para ampliar a eficiência e acelerar a universalização dos serviços, além do reconhecimento da constitucionalidade do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e do Regime

Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Modernização

O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), presidente da Comissão Especial de Transição Energética da Câmara dos Deputados, também defendeu o fortalecimento das concessões e das parcerias público-privadas (PPPs) como instrumentos para ampliar os investimentos em infraestrutura. Segundo o parlamentar, a consolidação de instituições sólidas e de regras previsíveis é condição indispensável para fortalecer a confiança dos investidores.

Jardim destacou que o modelo

de concessões ganhou protagonismo com a mudança do papel do Estado, que passou de executor direto dos serviços para regulador da atividade econômica. O deputado lembrou que a Lei de Concessões completa 30 anos e a Lei das PPPs chega aos 20 anos, defendendo uma atualização do marco legal para acompanhar as novas demandas do setor.

Entre as propostas apresentadas estão a criação do conceito de “contrato vivo”, permitindo revisões mais dinâmicas dos contratos, que “estabelece regras de reequilíbrio econômico-financeiro e a possibilidade de reequilíbrio antecipado diante de alterações relevantes, como os efeitos esperados da reforma tributária.”

Na avaliação do parlamentar, essas mudanças permitiriam reduzir custos tanto para concessionários quanto para os usuários dos serviços públicos. Outro ponto defendido por Arnaldo Jardim foi o fortalecimento das agências reguladoras. Segundo ele, esses órgãos precisam atuar com maior autonomia e estabilidade institucional. O deputado afirmou apoiar a proposta de conceder status constitucional às agências, consolidando-as como instituições permanentes de Estado.

Representando o Banco de Brasília (BRB), o diretor de Atacado e Governo, Bruno Watanabe, afirmou que a missão da instituição é conectar crédito às

necessidades da economia regional, financiando empresas, governos e projetos estruturantes capazes de gerar emprego, renda e aumentar a competitividade.

Segundo ele, o banco atua por meio de linhas próprias de desenvolvimento, operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ampliando o acesso ao crédito para projetos de infraestrutura e desenvolvimento regional. Para Watanabe, o Brasil possui grande demanda por investimentos em logística, mobilidade, saneamento e energia, mas o principal desafio está na criação de um ambiente institucional capaz de transformar esse potencial em projetos efetivamente executados.

Confiança

Na abertura do Lide de Segurança Jurídica, João Doria, fundador do Lide, afirmou que a segurança jurídica se consolidou como uma das principais preocupações de investidores interessados em aplicar recursos no Brasil. Segundo ele, a alternância de governos e de orientações políticas faz parte do ambiente democrático e é absorvida pelo mercado, mas a falta de previsibilidade nas regras representa um obstáculo para a chegada de novos investimentos, especialmente em projetos de longo prazo.

O desafio da nova era da energia

» RAFAELA GONÇALVES
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A transição energética colocou o setor elétrico no centro da estratégia de desenvolvimento do Brasil e aumentou a necessidade de um ambiente regulatório estável para atrair investimentos. O diagnóstico foi apresentado por representantes do governo, agências reguladoras e empresas durante o segundo painel do 8º Brasília Summit, com o tema “Segurança Jurídica no setor de energia e transição energética no Brasil”.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, afirmou que o setor vive uma transformação acelerada com a expansão da eletrificação, impulsionada pela mobilidade elétrica, digitalização e novos consumidores, como os data centers. “O setor de eletricidade no mundo e no Brasil tem passado por constantes e importantes mudanças. Definitivamente, entramos na era da eletricidade”, disse.

Segundo Feitosa, a transição energética é uma oportunidade estratégica para o país. “A transição energética é um grande ativo geopolítico”, afirmou. Ele destacou que cerca de 70% do potencial de eletrificação brasileiro está concentrado em eletromobidade, indústria e agronegócio.

O diretor-geral da Aneel também defendeu a revisão dos subsídios do setor elétrico, que somam cerca de R\$ 55 bilhões e pressionam as tarifas. “Precisamos imediatamente rever a política de subsídios no Brasil”, declarou. Para Feitosa, o principal desafio é fortalecer a confiança dos investidores privados. “Não há recursos públicos no Orçamento Geral da União para o setor de energia. Precisamos transmitir confiança para que o setor privado invista em energia”, afirmou.

O presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), Vinícius Benevides, reforçou que a falta de investimentos em infraestrutura reduz a competitividade do país. Segundo ele, o Brasil aplica cerca de 2% do PIB no setor, abaixo de outras economias. “Temos que reconhecer que investimos muito pouco. Não estamos avançando e, assim, perdemos espaço em relação ao resto do mundo”, disse.

Benevides destacou ainda a necessidade de autonomia das agências reguladoras para garantir segurança jurídica. “Sem segurança jurídica, sem as agências funcionando com plena autonomia, você não consegue atrair investidores”, afirmou.

Geopolítica

A vice-presidente de Regulação Institucional da Neoenergia, Solange Ribeiro, ressaltou que a geopolítica passou a influenciar diretamente as decisões empresariais. “A geopolítica deixou de ser coisa de governo e passou a ser coisa de empresas”, disse. Para ela, confiança, estabilidade regulatória e segurança jurídica são ativos fundamentais para investimentos de longo prazo.

O diretor de Regulação da Light, Marcelo Delgado, defendeu que segurança jurídica e transição energética podem caminhar juntas. “O desafio é construir uma síntese entre estabilidade e inovação”, afirmou. Segundo ele, políticas de incentivo precisam ser avaliadas e ajustadas conforme a evolução tecnológica.

A diretora jurídica de compliance da Stratos, Tagie de Souza, destacou o papel da mineração na transição energética, diante da demanda por minerais críticos. “Falar de transição energética é falar de mineração, é falar de minerais críticos”, afirmou.

Os participantes defenderam que o avanço da transição energética dependerá de regras previsíveis, agências fortalecidas e capacidade de adaptação regulatória.

*Estagiários sob supervisão de Edla Lula

Norma traz previsibilidade a investimentos

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ*

Em um setor com forte presença de concessões e modelos de Parceria Público Privada (PPPs), a segurança jurídica surge como uma necessidade para manter as malhas viárias do país em ritmo de crescimento, com qualidade e previsibilidade para os investidores. Foi o que destacaram os participantes do 1º painel do Brasília Summit, que tratou sobre os investimentos em rodovias, ferrovias e sistemas de transporte metropolitano.

Durante as exposições, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, defendeu o fortalecimento da segurança jurídica como condição essencial para ampliar os investimentos em infraestrutura e reduzir a litigiosidade no Brasil. Segundo ele, a instituição vem adotando uma atuação mais voltada à prevenção de problemas do que apenas à punição de gestores públicos. “Um órgão de controle não pode ser apenas repressivo ou sancionatório. O

TCU precisa ter também um olhar pedagógico, ensinando o gestor antes de puni-lo. O nosso órgão era muito visto como uma instituição que gerava medo”, disse.

Durante sua participação, Vital do Rêgo também afirmou que a segurança jurídica deve ser entendida como um dever do Estado e destacou o consensualismo como instrumento para aumentar a previsibilidade e reduzir conflitos. Na mesma linha, o diretor-executivo da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, acredita que o investidor busca uma “triade primordial” antes de decidir onde alocar recursos: segurança, estabilidade e previsibilidade.

“Como falar em previsibilidade em uma pandemia que nunca imaginávamos que aconteceria? Em guerras regionais que impactam a cadeia de insumos e suprimentos, que impactam a logística nacional e reorganizam dinâmicas políticas antigamente consolidadas”, destacou o diretor.

Já o ex-ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo

Carlos Vieira CB/DA Press



Para Vital do Rêgo, do TCU, segurança jurídica é dever do Estado

Canuto, defendeu que a inovação tecnológica pode contribuir para ampliar a competitividade, fortalecer os investimentos e garantir maior segurança jurídica nos contratos de concessão. Segundo ele, apesar de o país já contar com um

amplo conjunto de normas regulatórias para o setor de infraestrutura, o principal ponto de atenção continua sendo a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

“Já temos todos os marcos,